

Estados Unidos vs. América

POR Hugo Leal*

* Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal

Mouk & Yascha. (2018). *The People vs. Democracy: Why Our Freedom is in Danger and How to Save It*.
Massachusetts: Harvard University Press.

Yascha Mouk, alemão de ascendência judaica nascido em Munique há trinta e seis anos, professor em Harvard, estabelece-se, com *The People vs. Democracy* (TPvD), como um dos principais representantes da nova geração da corrente “sociologista-utilitarista” de matriz neoempirista e anglo-saxónica que domina o panorama da atual Ciência Política (Maltez, 2018, pp. 163-8).

Em TPvD — tratado antipopulista pós-moderno, apologia convicta à democracia liberal mas, sobretudo, uma espécie de *Discurso do Estado da Frustração* — Mouk vai muito além da mera análise politológica. Argumentando que o surto populista global pode não corresponder apenas a uma reciclagem dentro da crise crónica em que a democracia evolui mas a um momento de desintegração e capitulação da experiência demoliberal, o autor toma o partido do lado fraco.

Do evento-Trump, Mouk extrai um significado suficientemente marcante para sobre ele situar um potencial *fim da História* das democracias liberais. Contextualizando-o na corrente mais profunda da emergência liberal do pós-Muro de Berlim, o autor parte dele para uma análise que pretende recuar até às próprias fundações conceptuais da democracia liberal.

Democracia sem Direitos vs. Direitos sem Democracia

O que se deve questionar, segundo Mounk, é o princípio (dado vulgarmente como adquirido) segundo o qual a relação entre a prática democrática e a defesa das liberdades individuais é direta, necessária e inevitável. Pelo contrário, defende, democracia e liberalismo seguem evoluções próprias, antagónicas e, em caso de negligência, eventualmente incompatíveis.

A confusão derivará da prática discursiva — do hábito mental que leva o indivíduo normal a classificar como democrático tudo o que é virtuoso (sobretudo a liberdade) e teóricos fundamentais como Robert Dahl a considerar que a proteção dos direitos liberais é, em si mesma, um critério *sine qua non* dos regimes efetivamente democráticos (p. 26). “A democracia liberal é todas as coisas para todas as pessoas”, (p. 55), o que, no plano político, não só permite prometer tudo e o seu inverso, como, cientificamente, confunde à partida qualquer esforço analítico.

Mounk operacionaliza os conceitos pela redução. Define “democracia” como “um conjunto de instituições eleitorais vinculativas que traduzam a vontade popular em políticas públicas”; “liberalismo” como a proteção institucional do Estado de Direito e dos direitos individuais de todos os cidadãos; e “democracia liberal”, simplesmente, como um sistema político que é simultaneamente democrático e liberal (p. 27).

Esta última constituiu-se historicamente, afirma, a partir de uma base não-democrática, em que o cidadão comum era deliberadamente afastado da decisão política, e veio a consolidar-se apenas na transição para o século xx graças àquilo que identifica como o seu “mito fundador”: “A improvável ficção de que o governo representativo facilitaria o mando popular.” (p. 57) — ou seja, a hipótese da viabilidade da representação política.

É a autenticidade da proposta da representação como possibilidade da liberdade individual que o novo populismo do século XXI vem recolocar em xeque, beneficiando de uma evidência que a desconstrução do mito fundacional demoliberal torna clara: esse populismo que se alimenta de um discurso ilusório de simplificação daquilo que é inevitável e crescentemente complexo, de relações psicológicas básicas e de um processo de minimalização da racionalidade como forma de atingir o maior número possível de apoiantes, sendo essencialmente iliberal e tendo como evolução natural a subtração dos direitos individuais, não representa a contradição do princípio democrático mas sim a sua exaltação. Esta premissa de que a democracia não está vinculada a nada para além da vontade do povo abre espaço de legitimação a afirmações como a que, por exemplo, Viktor Órban, primeiro-ministro da Hungria, proferiu após a eleição de Trump, segundo a qual ela representaria a transição do liberalismo não-democrático “*para a verdadeira democracia*” (p. 51).

Reconhecendo a autenticidade dessa génese populista da democracia, Mounk aceita a realidade que a conjetura nos impõe e desenha um quadro tipológico em que as democracias podem ser classificadas como liberais ou iliberais e o liberalismo pode resultar de práticas democráticas ou não-democráticas. Identificando o perigo — “um sistema que prescindir dos direitos individuais para adorar o povo, em última instância, vira-se contra o próprio povo” (p. 97) —, afirma que as democracias liberais do Ocidente estão a ser substituídas não apenas por democracias iliberais

mas também pelo liberalismo não-democrático, em que os direitos historicamente conquistados são sonogados ao cidadão, açambarcados pelas elites e institucionalmente defendidos em favor destas. É nesta disfunção sistêmica que o autor encontra a abertura de flanco através da qual as hostes populistas irromperam pelos regimes demoliberais supostamente estabilizados, colocando-os em risco de extinção.

Política vs. Liberdade

Relegando para segundo plano o voluntarismo ativista de *TPvD*, destacamos no trabalho de Yascha Mounk três níveis de utilidade politológica.

Passado vs. Presente

Em primeiro lugar, a necessária constatação do óbvio. Recorrendo à visão periférica da multidisciplinaridade, Mounk faz um diagnóstico atualizado da crise demoliberal para chegar àquilo que identifica como sendo as origens do problema:

- A emancipação descontrolada da opinião pública, tornada possível pela liberalização tecnológica, pela Internet e pela massificação das redes sociais, que o autor sugere serem tão importantes para as alterações do ambiente político como a invenção da imprensa para o Iluminismo — tal como a Reforma começou a tornar o papel do pontífice obsoleto na ligação a Deus, digamos assim, a Internet inviabiliza o *gatekeeping* e permite ao cidadão *entrar* dentro da própria Sala Oval e dissecar, quase imediatamente, a *razão de Estado*;
- A estagnação das economias mais desenvolvidas e o crescimento da desigualdade a níveis da década de 30 do século passado, deslassando a classe média enquanto cinto de segurança social;
- A complexificação étnica nos Estados afluentes do Ocidente diante surtos migratórios de dimensões inéditas, pondo em causa a integridade identitária de um Estado-Nação que continua a ser a unidade executiva básica da decisão governativa.

Os dilemas que estes três macrofatores levantam são amplificados pelo que Mounk classifica como uma “desconsolidação da democracia” (p. 99 e ss.), caracterizada pela “insularidade representativa” (p. 59): o sucessivo acantonamento dos representantes quer em relação a quem representam quer dentro do próprio processo decisório, assim como a sua perda de legitimidade e de autoridade por fatores tão diversos como a burocratização e a especialização tecnocrática nos aparelhos estatais, a crescente autonomia dos Bancos Centrais, a *ingerência* do sistema judicial ou a pura corrupção.

Será este o caminho que levará a um liberalismo não-democrático que, segundo o autor, já é real na União Europeia — um sistema em que as liberdades dos cidadãos são adquiridas ou representadas por via orgânica ou corporativa, existindo *apesar* da representação política e não em virtude dela.

A consequência desta *liquefação* política, usando uma expressão de Zygmunt Bauman, é a quebra da confiança geracional na democracia como única alternativa viável dentro da hipótese representativa. Essa degradação da fé no regime democrático é real, como Mounk consegue demonstrar. Em três critérios-chave, a democracia cambaleia: o compromisso das gerações mais jovens com o sistema é significativamente menor do que o das anteriores; a alternativa autoritária, que há poucos anos recebia um apoio residual, é hoje considerada como uma forma de governo viável por crescentes franjas da população; e as normas básicas de funcionamento do sistema são cada vez menos respeitadas pelo próprios representantes (pp. 99-131).

Neste último aspeto, Mounk constata que a lógica de relacionamento político é cada vez menos consensualista e cada vez mais radical e polarizada, direcionada para a supressão do problema pela *extinção* da divergência (p. 113) — o que nos remete, sem esforço, para a anatematizada classificação do político, por Carl Schmitt, como uma simples relação amigo-inimigo, que os apologistas da democracia resistem a aceitar pela simples razão de nela se menosprezar uma ideia de diálogo permanente e apaziguador que será, segundo eles, a própria essência política.

Recuperando Bauman, que partilha com Mounk tanto o diagnóstico de desconsolidação democrática como a ideia de que a única resposta a esse deslocamento tectónico da sociedade é uma regeneração da via política, o problema fulcral identificado pelo autor polaco — o de, perante a fragilização das instituições, passar para os ombros do cidadão individual o peso da continuidade histórica e do funcionamento democrático (Bauman, 2000, pp. 7-8) — conduz-nos ao segundo nível de relevância de *TPvD*.

República vs. Cidadão

Se a modalidade da crise democrática é nova — no fundo, aquilo a que assistimos é à adaptação do direito a viver e dizer como e o que se quiser e a ter o que se puder a um ambiente de massificação e globalização tecnológica, económica e cultural único na História — o problema é clássico, e traduz-se numa versão pós-moderna do diálogo entre lei e liberdade, entre *demos* e cidadão.

Contemporaneamente, Norberto Bobbio sintetizou bem esse dilema permanente entre democracia e liberalismo como uma tensão entre uma forma de governo, regida pela lógica do direito público e tendendo para uma máxima normalização ética comum, e uma forma de vida dominada pela possibilidade da autonomia individual (Bobbio, 2000).^[1]

O que estará verdadeiramente em causa em *TPvD* será, então, a evolução desse projeto revolucionário ainda em curso que é o da dialética entre os *Estados Unidos* e a *América* — entre a constituição política original de um agregado juridicamente fabricado para admitir a coabitação voluntária, pluralista e não-opressiva entre quaisquer cidadãos e a ideia, inegociável, permitida a cada um desses cidadãos, de sonhar

1. Para uma compreensão mais aprofundada deste problema em particular, consultar, mais em detalhe, o capítulo 5, “Valores políticos” (pp. 269-298), da obra referenciada.

com uma emancipação absoluta e, sobretudo, de a passar à prática, com a convivência do outro, num território comum.

Torna-se claro, para Mounk, que os pratos da balança se encontram desequilibrados, em prejuízo da vertente política. Apresenta-nos, então, os supostos fundamentos da relegitimação da democracia liberal:

- *Domesticar o nacionalismo.* Entendendo a nação como um artifício político eficaz na agregação social, sugere uma reformulação do Estado-Nação numa espécie de Estado-Plurinacional, sustentado numa inclusão de novos membros que siga critérios de qualidade, numa “nova linguagem de patriotismo inclusivo” (porque “a retórica importa”) (pp. 208-210) e numa miscigenação cultural politicamente sustentada;
- *Devolver o futuro à economia.* Entre propostas drásticas (como a do ostracismo para os detentores de contas em off-shores), relativamente consensuais (políticas públicas de alojamento, reformas da Educação ou do Welfare State) ou simplesmente vagas (como a da necessidade de re-humanização do trabalho como fator de fortalecimento identitário), Mounk é claro quanto ao que corrói o sistema económico: a injustiça social.
- *Renovar a fé cívica.* É neste ponto que conseguimos, mais claramente, identificar as vulnerabilidades da teoria demoliberal.

Mounk inicia a sua profissão de fé nos próprios políticos. Para recuperarem a credibilidade é inevitável que digam a verdade, que evitem ou esclareçam os conflitos de interesses e que respeitem as regras básicas do jogo democrático. Estrategicamente, a luta antipopulista deve ser feita recorrendo ao pragmatismo, não evitando alianças negativas, não recusando falar a linguagem popular para chegar ao voto, e prometendo, de forma suficientemente compreensível, um futuro positivo. A única prioridade deve ser a defesa de um sistema que permita a busca permanente da equidade (p. 131), esse *atmos* frágil onde é possível a simbiose justa entre igualdade e liberdade e que sustenta toda a legitimidade da hipótese demoliberal.

Se os representantes falharem, os próprios cidadãos devem tomar o assunto em mãos: incorrer na ação coletiva e ir para a rua em número (porque o número governa a democracia...), sobretudo quando é necessário defender as suas regras, e votar bem — ou seja, votar sempre contra os populistas.

Em síntese, Mounk apresenta-nos o que o demoliberalismo devia ser e a ideia que fica é que, para funcionarem bem, as democracias liberais só precisam de funcionar bem.

Encontramos em *TPvD* o mesmo apelo à ética da razoabilidade individual e ao compromisso político como única hipótese de viabilidade do sistema que lemos em John Rawls. Não difere, na sua essência, da *phronesis* grega e de toda a linhagem neoaristotélica posterior, procurando num justo meio-termo uma solução apaziguadora que permita à *polis* sobreviver ao tempo. Quando se aponta a educação cívica como fulcro da construção demoliberal, repetindo-se a ideia de que a mais importante tarefa da sociedade é “transformar crianças em cidadãos” (p. 245), não esta-

mos realmente distantes do *Émile*, de Rousseau, publicado ainda antes da Revolução Americana.

Podemos, sem risco de cinismo, concluir que onde Mounk encontra as causas da crise democrática nós vemos apenas a modalidade atual do problema, e que, onde Mounk vê as soluções, encontramos as causas. A falta — ou a impossibilidade — de inovação poderá ser, ela sim, o problema que se levanta à continuidade da relação *contranatural* entre democracia e liberalismo.

A hipótese de inviabilização do demoliberalismo pode estar não na forma de fazer as coisas, como concluem Mounk e os teóricos da sua escola, não na qualidade da engenharia política, mas na forma de ser das coisas. O problema pode ser, não mecânico, mas ontológico.

Discurso vs. Verdade?

No decurso da sua argumentação, Mounk passa por um ponto a que, cremos, não dá suficiente importância. Aquilo que designa como “ansiedade demográfica” (p. 175), a propósito dos fluxos migratórios para comunidades etnicamente homogéneas, não é gerado pela ação dos imigrantes em si mesma, mas pelo receio de uma transformação dessas comunidades. Da mesma forma, a ansiedade económica não reflete o empobrecimento real dos eleitores mas a perspectiva de um eventual empobrecimento.

O conceito-chave do demoliberalismo é o de *expetativa*. O indivíduo vive do futuro, e é a partir do futuro que elabora a sua atitude política. A transformação do indivíduo em cidadão, e de cidadão em votante “pós-pós-materialista” (p. 181), como sugere Mounk, reformulando o termo original de Ronald Inglehart, é uma ação iminentemente psicológica de transformação de expetativas subjetivas em práticas objetivas.

É possível falar em expetativas dos cidadãos, em conjunto, quando o *povo* é uma abstração? É possível, às massas, pensarem em termos de emancipação e não apenas, na linguagem racional simples, de progressão e de superlativização permanente? É possível satisfazer expetativas razoáveis de um sujeito abstrato — esse tal *povo* — que, reconhecendo a linguagem, é objetivamente incapaz de apreender a razão?

O princípio da resposta que Yascha Mounk procura pode estar não no título mas no subtítulo do seu livro, e o equívoco pode derivar da premissa subjacente a todo o estudo.

Pode o indivíduo aspirar a ser mais do que apenas um cidadão útil? Pode a solução para a política não ser política? Pode a liberdade que a política promete não ser a liberdade que o indivíduo espera da política? Pode a *América* ser falsa?

Referências

- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Bobbio, N. (2000). *Teoria Geral da Política*. (M. Bovero, Ed.) Rio de Janeiro: Elsevier. Edição original de Giulio Einaudi Editore (1999), “Teoria Generale Della Politica”.
- Maltez, J. A. (2018). *Manual de Ciência Política – Teoria Geral da República*. Lisboa: ISCSP.
- Rawls, J. (2000, edição brasileira). *O Liberalismo Político*. São Paulo: Editora Ática. Edição original: Columbia University Press (1993), “Political Liberalism”.
- Rousseau, J.-J. (1973). *Emile or On Education*. (A. Bloom, Trad.) Basic Books. Edição original: 1762, “Émile”.
- Schmitt, C. (2015). *O Conceito do Político*. (A. F. Sá, Trad.) Lisboa: Edições 70. Edição original: 1932, “Der Begriff des Politischen”.